

FRONTEIRA E IDENTIDADE NACIONAL¹

Ligia Osório Silva - Instituto de Economia, UNICAMP

Resumo

Enquanto os países europeus consolidaram Estados nacionais baseados na homogeneidade étnica e cultural dos seus integrantes, os países das Américas que emergiram da situação colonial se viram na contingência de forjar uma identidade singular para a sustentação ideológica da nação-Estado em formação. Na América do Norte, a ocupação dos “espaços vazios” foi um dos momentos centrais deste processo não apenas porque integrou à economia mundial grandes áreas de terras férteis, mas porque o imaginário geográfico desta ocupação serviu de mito fundador da nacionalidade e elemento de racionalização da modernidade e do desenvolvimento capitalista. Neste trabalho procuramos olhar a fronteira sob o prisma de mito reforçador da nação na Argentina e no Brasil, no século XIX, tendo como elemento de comparação o caso estadunidense. Nestes países, ao contrário dos Estados Unidos, os mitos que emanaram da ocupação territorial tenderam a sublinhar os obstáculos que se interpunham na marcha da civilização e a diminuir os efeitos que a conquista dos “espaços vazios” poderiam ter na construção da identidade nacional.

Palavras chave: Fronteira – Estado-nação – políticas de terras – colonização

1. Turner e o significado da fronteira na história latino-americana.

Na historiografia econômica latino-americana a fronteira não ocupou o mesmo lugar chave que teve na historiografia americana. A idéia de que a experiência da fronteira foi decisiva na formação destas sociedades não penetrou com a mesma força as análises dos historiadores e cientistas sociais latino-americanos. Alguns trabalhos de brasileiros e argentinos discutem a problemática, mas poucos consideram a experiência das suas fronteiras como tendo sido centrais para a formação da identidade nacional e das suas instituições. Em contraste, o impacto do artigo de Frederick Jackson Turner na historiografia norte-americana foi enorme porque levou a uma mudança de perspectiva e de prioridades nos estudos sobre a formação dos Estados Unidos. Além de inúmeros seguidores Turner atraiu também muitos críticos que, com o passar do tempo, introduziram a distinção entre aspectos metafóricos (e o apelo da metáfora foi uma das razões do enorme sucesso da tese de Turner) e simbólicos e a substância da sua contribuição.²

Sem dúvida, a grande originalidade da sua tese foi ter operado uma mudança de perspectiva no ponto de partida dos trabalhos de história econômica; em outros termos, a sugestão de que a história americana fosse recontada a partir da ocupação da fronteira, porque a marcha para o Oeste era o aspecto distintivo da sociedade que se formava mostrou-se fecunda. A

¹ Este trabalho integra o projeto “A política de ocupação de terras públicas e a construção do Estado: um estudo comparado da “fronteira móvel” na Argentina, Brasil e Estados Unidos”. Agradeço à Fapesp o apoio financeiro em 1999/2001.

² Alistair Hennessy, *The Frontier in Latin American History*, Albuquerque: University of Mexico Press, s/d, p. 8-9.

tese conheceu grande sucesso porque contribuiu para fortalecer o sentimento dos americanos de fazerem parte de uma sociedade única, ao mesmo tempo em que fornecia uma explicação sobre o que era “ser americano.”

A experiência da fronteira aparece como responsável pelos principais traços distintivos do intelecto do homem americano (branco): inventivo, prático, inquieto, curioso, otimista e individualista. A retomada de alguns aspectos do mito do *bom selvagem* pode ser observada, não nas características atribuídas aos pioneiros, mas no fato dos seus atributos se deverem à influência positiva da natureza. A fronteira significava o retorno às “condições primitivas” e dava aos pioneiros a oportunidade de construir sua sociedade de modo novo. Esta era uma idéia muito atraente do ponto de vista ideológico, num século dominado pelo romantismo.

Em segundo lugar, ajudou a reafirmar um sentimento idealista de identidade do povo americano.³ Mas, por outro lado, permitiu a rápida assimilação dos europeus de diferentes origens, “consolidando” e “nacionalizando” a jovem América, fato incontestável, e de grande influência no fortalecimento das instituições americanas.

Finalmente, a fronteira teria promovido o desenvolvimento da democracia social e política, uma vez que a existência de “terras livres”⁴ a oeste e uma legislação que disponibilizava o acesso a elas aos imigrantes evitara, nos Estados Unidos, o conflito social característico das sociedades européias do século XIX (afinal fora um século no qual os países da Europa continental atravessaram pelo menos duas revoluções importantes, 1830 e 1848 e vários movimentos sociais de caráter reivindicativo). A existência de “terras livres” era, portanto, uma premissa básica da tese da fronteira de Turner. “*The most significant thing about the American Frontier is, that it lies at the hither edge of free land.*”⁵ [Aquila que é mais significativo na Fronteira Americana é que ela se encontra no limite das terras livres]. A existência de “terras livres” foi determinante na edificação da democracia americana, porque enquadradas por uma legislação agrária que as tornava acessíveis a contingentes significativos de população, gerou oportunidades de ascensão social numa escala incomparável com as existentes nas sociedades européias.

³ Sentimento idealista que não foi quebrado apesar da guerra de secessão ocorrida quase um século depois da declaração de independência. Esta guerra que opôs o norte e o sul dos Estados Unidos foi levada a cabo, entre outras coisas, por causa da ocupação da fronteira. Sobre o componente idealista na construção do nacionalismo ver Hobsbawm, *Nações e Nacionalismo desde 1780*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. Benedict Anderson, *Nação e consciência nacional*, São Paulo: Ática, 1989. Francisco Escamilla nota, também a propósito, que o ensino da História pode converter-se num instrumento formativo do ideal nacional, mesmo que, em contrapartida, distorça os fatos históricos. “El significado del termino frontera”, *Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, N°ordm; 140, 2/03/1999.

⁴ Procuramos mostrar como a noção de “espaços vazios” ou “terras livres” foi construída no século XIX às expensas das populações indígenas que os habitavam. Cf. Ligia Osorio Silva, *A fronteira e outros mitos*, Tese de Livre-Docência, Campinas, 2001, capítulo I.

⁵ F.J. Turner, *The Frontier in American History*, New York: Henry Holt & Company, 1940, p.3.

Na realidade, no continente latino-americano não houve *uma* fronteira, mas várias; as fronteiras produtivas se sucederam ao longo dos séculos: a do gado, a dos metais preciosos, as fronteiras agrícolas (açúcar, café, algodão, etc.) e as fronteiras de coleta (borracha, ervas do sertão ou da floresta amazônica, etc.).

Talvez por isso, a influência exercida pelo trabalho de Turner foi muito desigual nas distintas histórias nacionais. O ensaio de Turner ficou inédito em espanhol até 1960, foi publicado na Argentina em 1968 e até hoje não mereceu uma edição em português. Em consequência, inicialmente foram, sobretudo, os historiadores norte-americanos que tentaram aplicar as teses de Turner às fronteiras da América Latina.

Em 1917, o historiador americano Herbert Eugene Bolton sugeria que era apropriado estudar a fronteira hispano-americana com a visão de Turner. Afirmou que os sistemas coloniais e as experiências de espanhóis, portugueses e ingleses nas Américas foram similares. Em todo lugar onde houve contato com a fronteira e os povos nativos, os europeus e as suas instituições tendiam a ser modificados. Para converter os índios, a Coroa espanhola se fiou particularmente aos missionários – Dominicanos, Franciscanos e Jesuítas, principalmente. Mas Bolton mostrou que os missionários fizeram mais do que converter os indígenas. As missões funcionaram como “agências espanholas de fronteira” sendo reconhecidas e apoiadas pela Coroa. Enquanto espalhavam o Cristianismo, os missionários exploraram, defenderam, desenvolveram e colonizaram as novas fronteiras através da hispanização dos povos nativos. A visão de Bolton é positiva, e decididamente é esta a visão dominante na historiografia americana. Mas outros trabalhos mais recentes fornecem uma visão mais crítica dos efeitos provocados na cultura dos povos indígenas pelas missões religiosas. Além disso, onde a intervenção estatal se associou à ação missionária e militar para pacificar os índios na era colonial, a colonização foi mais precisamente uma conquista.⁶

Um dos seus alunos Arthur Aiton, escreveu em 1940 procurando destacar as semelhanças e as diferenças entre as fronteiras americana e latino-americana. Mas manteve o tom triunfante de Turner e concluiu que as virtudes dos povos da fronteira eram: individualismo, autoconfiança, iniciativa, democracia e vontade de experimentar (ou atração pelo experimento).

⁶ Apesar disso, no século XX (1926, presidência Ospina) a Colômbia continuou a usar os missionários como instrumento de “pacificação e civilização” dos índios. Cf. Arthur S. Aiton, “Latin American Frontiers” in D. Weber & J. Rausch, *Where Cultures Meet. Frontiers in Latin American History*, Jaguar Books in Latin America n.6, Wilmington, 1994, p.19-25.

O pensador peruano Victor Andres Belaúnde (1923) trabalhou sob a perspectiva da fronteira e notou que as “terras livres”, o ingrediente essencial da fronteira americana segundo Turner, era menos importante do que o potencial de utilização da terra. Somente a terra acessível e capaz de se tornar produtiva, interessava. Mas muito da América Latina era tropical *rain forest*, serras marginais, altiplano. Regiões com características que dificultavam o trabalho humano. Em consequência, muitas das terras não podiam ser exploradas com eficiência. Turner talvez não discordasse disso porque ele achava que a experiência americana era única. Seguindo ao pé da letra uma interpretação determinista geográfica de Turner, Belaúnde acha que a fronteira na América Latina não exerceu o papel que teve nos Estados Unidos por culpa da natureza.⁷

Já Silvio Zavala (1965) ao testar as teses turnerianas para a América Latina, achou poucas similitudes entre as duas fronteiras. Somente em algumas regiões pouco povoadas: norte do México, sul do Chile e a pampa argentina, os hispânicos se defrontaram com índios hostis muito depois do fim da era colonial. Talvez nesses lugares possamos encontrar traços de individualismo, igualdade social e espírito empreendedor do tipo da fronteira turneriana. Zavala sugere que não é apenas o meio ambiente diferente que pode gerar atitudes diferentes. Depende também dos valores transportados pelos colonizadores para a fronteira. Na América hispânica, a existência de numerosos povos nativos teve um papel de primordial importância para a sociedade resultante. Seu elevado grau cultural permitiu que fossem incorporados ao trabalho (sob coação) e acabou levando à mestiçagem. Aqui a ênfase é dada nos povos, mais do que na natureza.⁸

Num ângulo diferente, Perla Zusman (1999) sugere, a propósito da tese turneriana, que os imaginários geográficos podem ser vistos como incentivadores dos processos de ocupação de diferentes áreas do continente latino-americano e da expulsão dos seus antigos habitantes. Na época colonial, o mito teve um papel no desbravamento de algumas áreas da América do Sul. Na atualidade, esta função apareceria com clareza no mito do Eldorado.⁹

Hugo Gagiotti estudou a percepção do espaço da Pampa Rio Platense como espaço degradado no imaginário hispano-criollo. Observa que a percepção deste espaço foi se construindo através do tempo pelos diferentes atores sociais (elites e massas populares). Através da sua leitura percebe-se que o conceito de fronteira aplicado pelos hispano-criollos no período colonial a esta zona americana era sinônimo de um espaço de nomadismo, de características improdutivas, limítrofe da civilização. Em contraste, durante o século XIX, a noção de fronteira se revitalizou e se transformou. Na ocupação da Pampa organizou-se a representação de um novo

⁷ V. Andres Belaunde, “The frontier in Hispanic America”, in D. Weber & J. Rausch, ob. cit., p.33-41.

⁸ Silvio Zavalla, “The frontiers of hispanic America”, ibidem, p.42-50.

⁹ “Representaciones, imaginarios y conceptos en torno a la producción material de las fronteras. Reflexiones a partir del debate Hevilla-Escamilla”, in *Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, n.149, 25/03/1999.

espaço, que integrava os elementos previamente presentes com os elementos novos de civilização e urbanidade, construindo-se assim uma nova idéia de *fronteira* que desempenharia um papel central na formação do Estado (extensão do território, alteração da hierarquia social) e da economia (formação de uma nova zona produtiva).

O interesse pelo tema segue demonstrado nos trabalhos que, como o de Reboratti¹⁰, precisa termos e conceitos, descreve as diversas formas de fronteiras agrárias, constrói tipologias (primárias, secundárias, móveis, lentas, estancadas, sólidas, vazias, espontâneas e planejadas), descreve seus elementos constitutivos e as forças que influem sobre ela. O geógrafo argentino sugere que se divida o estudo da fronteira em quatro fases: a fronteira potencial; a abertura da fronteira; a expansão da mesma e finalmente a sua consolidação e integração à sociedade nacional. Para ele, a fronteira deve ser vista como um fenômeno complexo e múltiplo que influenciou no passado e continua influenciando no presente no desenvolvimento dos países. Entende, no entanto, que se trata de um mundo que tende a desaparecer porque quase já não mais existem “terras livres”.

Retirar a tese turneriana do contexto norte-americano e tentar generalizá-la para o restante das Américas obriga a lançar um olhar crítico que desnuda o caráter de mito presente na “construção nacionalista” norte-americana. Quando se faz isso, a ocupação da fronteira americana perde parte da sua singularidade e se integra no processo global de expansão das sociedades européias. E revela não só os aspectos dinâmicos e transformadores do processo de ocupação da fronteira, mas também seu lado obscuro, como destaca William McNeill.¹¹ Progresso e liberdade, estas conquistas da humanidade tão caras a Turner tiveram, de fato, seu lugar na fronteira, mas ao lado dos seus opostos, a escravização e a destruição de todas as culturas e sociedades não-européias que atrapalhavam a marcha da “civilização”. Na medida em que os europeus se deslocaram para os outros continentes, trouxeram com eles doenças mortíferas que junto com as guerras de conquista dizimaram os nativos e criaram a “terra livre”, provocando, ao mesmo tempo, nestas terras uma tremenda escassez de mão de obra. Em muitas regiões da América do Norte e do Sul, os europeus enfrentaram esta escassez com a escravização de outros povos e com o trabalho servil do seu próprio grupo étnico, os *indentured servants*. No século XIX muitos destes traços ainda estavam presentes nas sociedades latino-americanas tornando patente que a experiência da fronteira não contribuía apenas para a liberdade de oportunidades, mas também para o estabelecimento de hierarquias sociais duradouras.

¹⁰ C. Reboratti, “Fronteras Agrárias em América Latina”, *Geocrítica*, 1990, n.º 87, 1-59. (Reproduzido em *Scripta Vetera* <http://www.ub.es/geocrit/geo87.htm>).

¹¹ William McNeill, *The Great Frontier: freedom and hierarchy in Modern times*, Princeton University Press, 1983, p.17-26.

Alistair Hennessy agrega ainda outro fator presente na fronteira latino-americana, no século XIX, que problematiza a sua utilização como mito fundador da nacionalidade:

*“There was no frontier experience which could provide the basis for a nationalist myth. The frontier had either crushed those who had ventured to it, or in those cases where it had expanded successfully it had done so under the aegis of foreign capital...this was not material from which national myths could be spun.”*¹²
[“Não houve uma experiência que pudesse fornecer a base para um mito nacionalista. A fronteira ou bem esmagara aqueles que se aventuraram nela ou, naqueles casos em que houve expansão bem sucedida isto ocorrera sob a égide do capital estrangeiro... isto não era material do qual mitos nacionais pudessem desabrochar.”]

Ainda assim, alguns historiadores, como Hebe Clementi, vêem similitudes entre as duas experiências americanas e defendem a idéia de que a fronteira na América Latina também contribuiu para reforçar a nacionalidade, o individualismo e o dinamismo. Clementi encontra semelhanças entre o bandeirante brasileiro, o *gaucho* argentino e o pioneiro americano. Estes personagens teriam sido elementos determinantes na formação da nacionalidade argentina e brasileira, exercendo um papel análogo nestas culturas ao papel exercido pelo pioneiro na cultura americana.¹³

A seguir explicitaremos alguns argumentos que problematizam a idéia de que a fronteira na Argentina e no Brasil teria contribuído, como nos Estados Unidos, para reforçar a identidade nacional e “nacionalizar o Estado”, na expressão de Turner.

2. Peculiaridades da construção do Estado na Argentina e no Brasil: terras públicas e centralização do poder.

Se do ponto de vista dos recursos naturais a Argentina e o Brasil estavam numa situação similar aos Estados Unidos no século XIX, do ponto de vista da institucionalização e organização nacional havia uma diferença respeitável que não podia deixar de repercutir sobre o processo de ocupação da fronteira.

A historiografia brasileira considerou durante muito tempo a unidade territorial como um legado do passado colonial. Hoje em dia, esta visão foi substituída por aquela que vê a construção da unidade territorial brasileira como um empreendimento do Estado imperial. Sua substância consistiu na articulação dos interesses das oligarquias regionais no interior das instituições da monarquia parlamentar.¹⁴ Foi o embate entre as prerrogativas do poder central e

¹² Hennessy, ob. cit., p.21.

¹³ Hebe Clementi, *J.F. Turner*, Buenos Aires: Centro Editorial de America Latina, 1992, passim.

¹⁴ Ver, por exemplo, os trabalhos de Lia Osorio Machado, “A questão da unidade territorial do Brasil” *Anais do 8º Encontro Nacional de Geógrafos*, Salvador: AGB, 1990, v.2; Demétrio Magnoli, *O corpo da pátria*, São Paulo: Moderna/Unesp, 1997.

as exigências dos potentados regionais e locais a nota marcante no período compreendido entre a Independência e 1850.

Na Argentina, o vazio político e institucional compreendido entre a Independência e a retomada do processo de construção do Estado após a vitória de *Monte Caseros*¹⁵ ficou conhecida como a época do *caudilhismo*, que como afirma Carmagnani significou, de certo modo, o retorno à ordem colonial: os fermentos inovadores que surgiram da mobilização política do processo de independência foram reprimidos, e deram lugar a uma ordem política e institucional muito parecida com aquela que precedeu a Independência.¹⁶ Somente depois de 1862, com a unificação do território nacional, até então dividido entre o estado de Buenos Aires e a Confederação Argentina começou a consolidar-se o processo de formação do Estado nacional e foram deixados para trás os anos marcados por recorrentes insurreições lideradas por caudilhos do interior, de base rural, reprimidas pela intervenção do governo nacional.¹⁷

Ora, parece-nos que o enfoque turneriano perde substância se não levarmos em conta pelo menos duas das condições apontadas por Turner como sendo indispensáveis para que a fronteira desempenhasse seu papel. Estas condições, como vimos, eram a existência de recursos naturais abundantes e “apropriáveis”, enquadrados por uma legislação agrária que os tornava acessíveis a contingentes significativos de população. Em razão das lutas políticas entre as diversas oligarquias regionais que retardaram na Argentina e no Brasil o processo de institucionalização, custou-se a elaborar a legislação agrária que daria ao Estado a capacidade de intervir no processo de ocupação das terras públicas que vinha ocorrendo de modo desordenado. Somente em 1850 o Brasil promulga a sua lei de terras e colonização e a Argentina, em 1876, elabora a sua lei de imigração e colonização (lei n.817). E ambas tiveram uma aplicação pífia, sendo incapazes de reverter o processo em curso.¹⁸

Seguindo a bibliografia consagrada no Brasil e na Argentina para a análise das políticas de terras¹⁹ deparamo-nos, numa ponta do processo, com especuladores, investidores estrangeiros, grandes proprietários, comerciantes e militares beneficiando-se do processo de apropriação territorial em detrimento de ex-escravos, imigrantes, peones, gauchos, etc. Na outra ponta, os

¹⁵ Nome do lugar em que Rosas foi derrotado pelo general Urquiza em 3/02/1852.

¹⁶ Marcello Carmagnani, *Estado y Sociedad en América Latina, 1850-1930*, Barcelona: editorial Crítica, 1984, p.69.

¹⁷ Para a análise do federalismo na primeira metade do século XIX ver José Carlos Chiaramonte, “El federalismo argentino en la primera mitad del siglo XIX” in M. Carmagnani (org.) *Federalismos latinoamericanos: México, Brasil, Argentina*, México: Fondo de cultura Económica, 1993, p.81-127. Sobre o papel dos caudilhos na história argentina ver Jorge Lafforgue (ed.), *Histórias de Caudillos Argentinos*, 2ª reimpressão, Buenos Aires: Extra Alfaguara, 2001.

¹⁸ Para uma análise comparada das duas leis, ver Ligia Osorio Silva, *A fronteira...*, ob. cit., capítulo 2 e 3.

¹⁹ Para uma análise mais detalhada da política de terras do Brasil e da Argentina remetemos o leitor a Ligia Osório Silva e Maria Verônica Secreto, “Terras públicas, ocupação privada: elementos para a história comparada da apropriação territorial na Argentina e no Brasil”, *Economia e Sociedade*, Revista do Instituto de Economia da Unicamp, nº12, junho de 1999, p. 110-141.

Estados nacionais em fase de consolidação aparentemente incapazes de ordenar de outro modo a apropriação territorial. A retomada da discussão coeva mostra que, na época, para o primeiro grupo, a “abundância de terras” foi vista como um obstáculo a ser contornado. Seja na visão paradigmática de Sarmiento que enxergava os “espaços vazios” como local da barbárie, seja no Parlamento brasileiro, onde as discussões a propósito do primeiro projeto de lei de terras giraram com frequência em torno das teorias de Wakefield sobre o preço da terra, a visão das terras da “fronteira” como um manancial de riquezas, comum nos Estados Unidos, não caracterizou o discurso sobre a fronteira no período.²⁰ Para os proprietários de terras e capitalistas em geral a preocupação principal era a possível falta de mão de obra que decorreria do acesso à terra facilitado às grandes levas de imigrantes ou ex-escravos. E, tradicionalmente, as políticas de terras – na discussão das quais aparecia implicitamente ou explicitamente este receio – são analisadas por este viés.²¹ Interessaria, entretanto, também investigar, as políticas de acesso à terra do ângulo das estratégias políticas mais amplas que advinham da conservação ou constituição do sistema de poder que permeava a organização social, isto é, do ponto de vista do processo de constituição do Estado.

A despeito das diferenças geográficas no tempo e no espaço, o estudo do processo de construção dos Estados nacionais na América Latina pode beneficiar-se das análises consagradas da literatura histórica europeia sobre o processo de formação dos Estados.²² Estas análises fornecem subsídios para pensarmos a relação entre as políticas de terras aplicadas e o processo de consolidação do Estado nacional.

Analisando a socio-gênese do Estado moderno, Norbert Elias sintetiza em grandes linhas, o processo que desemboca na sua criação:

“La propriété terrienne d’une famille de guerriers, son droit de disposer de certains sols et d’exiger de ses habitants des redevances en nature ou des services, font place, à la suite de la division progressive des fonctions, d’une série

²⁰ F. Sarmiento, *Civilización y barbarie*, Buenos Aires: ed. Colihue, 1986, p.44 e 39. A propósito das teorias de Wakefield consultar *A view in the art of colonization*, Londres: John Parker, 1849 e K. Marx, *O Capital*, RJ: Civilização Brasileira, 1974, 5 vols., Livro I, p.885 e seguintes. Sobre a influência de Wakefield no Brasil, ver Ligia Osorio Silva, *Terras Devolutas e Latifúndio*, Campinas: ed. Unicamp, 1996, p. 95-110.

²¹ Para o Brasil ver José de Souza Martins, *O cativo da terra*, São Paulo: Livraria Ed. Ciências Humanas, 1979; Emília Viotti da Costa, *Da senzala à colônia*, São Paulo: Difel, 1966; e Alberto Passo Guimarães, *Quatro séculos de latifúndio*, 3ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, s/d. Para a Argentina ver Ricardo Ortiz, *História Econômica de la Argentina*, 5ª edição, Buenos Aires: Editorial Plus Ultra, 1978, p.108-115; Aldo Ferrer, *La economía Argentina*, 16ª reimpressão, Buenos Aires: Fondo de Cultura, 1996, p.62-62 e 111-113; Túlio H. Donghi, “Canción de Otoño em Primavera: previsionones sobre la crisis de la agricultura argentina (1894-1930)” in *El Espejo de la História*, Buenos Aires:Sudamericana, 1987.

²² Charles Tilly elenca um serie de razões pelas quais a experiência europeia pode ser útil ao estudo de sociedades não-europeias, entre elas “the European historical experience, for all its special features, is long enough, well-enough documented, and a large enough influence on the rest of the world that any systematic conclusions which did hold up well in the light of that experience would almost automatically become plausible working hypotheses to be tried out elsewhere” em *The formation of National States in Western Europe*, Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1975, p.13.

*de luttres concurrentielles et éliminatoires, à la centralisation du pouvoir de disposer des moyens de contrainte militaires, des “aides” régulières ou “impôts” sur toute l’étendue d’un territoire infiniment plus vaste.”*²³ [A propriedade territorial de uma família de guerreiros, seu direito de dispor de certos solos e de exigir dos seus habitantes pagamentos em produtos ou serviços, deram lugar, após a divisão progressiva das funções, de uma série de lutas competitivas e eliminatórias, à concentração do poder de dispor dos meios militares de coerção, das “ajudas” regulares ou “impostos” sobre toda a extensão de um território infinitamente mais vasto.]

Mas, naturalmente houve oposição a este processo de centralização e “extração de poderes”. Charles Tilly distingue três camadas de resistência: a) o povo comum obrigado a ceder homens, colheitas, trabalho, bens, dinheiro, lealdade e, às vezes, terra aos estados emergentes; b) as autoridades estabelecidas pressionadas a renunciar ou partilhar seu poder; e c) os senhores rivais na luta pela supremacia e soberania.²⁴

Este processo de concentração de poderes e de centralização constituiu uma das saídas da “crise do feudalismo” localizada no século XIV e teve nas monarquias absolutistas o seu corolário. Como assinala Ruggiero Romano, o feudalismo Europeu passou por, ao menos, duas fases.²⁵ A primeira, aquela do feudalismo clássico, foi caracterizada pela existência de um estoque ilimitado de terras. Segundo Archibald Lewis pode-se dizer que, do século XI ao século XIII, a Europa Ocidental seguiu “*an almost classical frontier development*”²⁶. Este desenvolvimento consistiu na expansão para fora do espaço europeu (as Cruzadas, por exemplo) e no cultivo de toda terra disponível dentro do espaço interno europeu. Mas uma segunda fase do feudalismo iniciou-se quando, depois de 1250, as fronteiras externas da Europa Ocidental se contraíram e as ‘fronteiras internas’ praticamente desapareceram, com algumas poucas exceções. As mudanças que começaram a operar na sociedade europeia de 1250 a 1350 foram, em grande medida, devedoras deste fato: a impossibilidade do sistema feudal crescer em extensão, isto é, incorporando novas terras ao sistema. Ao mesmo tempo, a nobreza batia-se em lutas que acabaram por definir a supremacia da realeza - senhores que se destacavam vitoriosos nessas lutas – mas que não mais dispunham de terras novas para recompensar aliados e súditos fiéis. Esta segunda fase do feudalismo se caracterizou, portanto, pela limitação do estoque de terras (Romano) ou pelo fechamento da fronteira (Lewis).²⁷

²³ Norbert Elias, *La dynamique de l’Occident*, Paris: Calmann-Lévy, 1975, p. 149.

²⁴ Charles Tilly, ob. cit., p.22.

²⁵ Ruggiero Romano, “American Feudalism” in *Hispanic American Historical Review*, 64 (1), 1984, p. 130.

²⁶ Archibald Lewis, “The closing of the mediaeval frontier”, in *Speculum*, vol. XXXIII, october 1958, n°4, p. 475.

²⁷ Não seria o esgotamento precoce do estoque de terras na Inglaterra uma das explicações para a sua liderança nas mudanças institucionais? R. Romano, ob. cit., p.131.

A gênese do Estado pode ser acompanhada na lenta formação dos órgãos centrais, sobretudo aqueles decorrentes da monopolização da força e da fiscalidade, espinhas dorsais desta forma de organização. A partir de determinado momento (em torno do século XV), o órgão central da sociedade começou a desfrutar de uma estabilidade e de uma força desconhecidas até então, porque o senhor do Estado (o monarca absolutista) não precisava mais pagar pelos serviços que lhes eram prestados distribuindo uma parte dos seus domínios, que sem conquistas continuadas se esgotaria rapidamente: ele podia remunerar os serviços com as receitas fiscais que passou a auferir regularmente. A grande vantagem das remunerações monetárias consistia em desobrigar os monarcas da necessidade de recompensar serviços através da doação de bens hereditários – como nas épocas precedentes. Os serviços podiam ser remunerados através das benesses e cargos com gratificações e salários. A remuneração em dinheiro, frisa Elias, criava um laço de dependência permanente entre o funcionário e o centro do poder, proporcionando, assim, as condições de quebrar definitivamente as tendências centrífugas.²⁸

Constatamos que, de modo diverso ao ocorrido nos países europeus, os processos de concentração e centralização do poder, inerentes à construção do Estado moderno nos casos que examinamos, ocorreu quando havia ainda grande disponibilidade de terras, passíveis de serem cedidas em troca de apoios políticos. A construção do Estado e a centralização do poder não estiveram associadas apenas ao desenvolvimento dos mecanismos de extração fiscal (pouco desenvolvidos). Ocorreram também com base na distribuição do monopólio da terra aos grupos que poderiam desafiar a autoridade do grupo hegemônico ou para sedimentar alianças.

No período analisado, para os Estados argentino e brasileiro o obstáculo fundamental na trajetória da formação da nação era o perigo da fragmentação. Como observou um analista:

*“Os Estados oligárquicos, na condição de conglomerados de elites regionais, ressentem-se da solidariedade interna, social e territorial, característica das nações contemporâneas. A manutenção da unidade transforma-se em objetivo primordial das políticas interna e externa, demandando o emprego da força para o sufocamento das revoltas e fazendo das guerras um elemento crucial para a legitimação do poder central.”*²⁹

Para além dos objetivos ditados pelo crescimento econômico e o desejo de se aproveitar das oportunidades de inserção no mercado internacional para produtos primários, pode-se concluir que, nos dois casos, tanto no Brasil quanto na Argentina, estes objetivos visavam também enfraquecer e, se possível, fazer cessar os movimentos contestatários e centrífugos e angariar o apoio de todas as oligarquias regionais para o processo de centralização em curso. Ex-escravos e imigrantes não ameaçavam o núcleo hegemônico e foram vistos e tratados como mão

²⁸ N. Elias, ob. cit., p. 176.

de obra. Não houve um esforço sério de contemplar estas camadas com o acesso à terra e as políticas de colonização das terras públicas funcionaram basicamente com chamariz, independentemente da intenção e da sinceridade dos seus autores.

À primeira vista, a existência de algumas diferenças no processo de ocupação da fronteira na Argentina e no Brasil pode dificultar a constatação do fenômeno que descrevemos acima – a utilização do estoque de terras públicas como “moeda de troca” no processo de centralização e construção do Estado. Estamos nos referindo ao papel ativo (ou não) do Estado na incorporação das terras da fronteira. Na Argentina (como nos Estados Unidos) o caráter guerreiro e a resistência oferecida pelos índios montados e armados obrigaram o deslocamento da fronteira a assumir “a natureza de um cerrado movimento militar”.³⁰ Em virtude disso, a colonização ficou restrita, até aproximadamente 1870, a uma região relativamente pequena, a oeste e ao sul de Buenos Aires. No Brasil, o verdadeiro fator de retardamento do avanço do povoamento não foi o índio (de caráter pouco agressivo e desarmado), mas sim a mata impenetrável e fechada, e o avanço da fronteira ocorreu de modo linear e por núcleos, sem necessidade de uma “guerra de conquista” como a expedição de Roca.³¹

A natureza diferente dos obstáculos à ocupação territorial implicou em diferentes atitudes do Estado em relação ao processo de criação dos “espaços vazios”. Na Argentina, a incorporação das terras indígenas constituiu um movimento que mobilizou vastos recursos humanos e materiais, enquanto que no Brasil, com algumas exceções, a fronteira moveu-se quase exclusivamente ao sabor das oscilações econômicas e dos interesses privados. Esta distinção deu ao processo de ocupação da fronteira, na Argentina, um caráter tanto político – no sentido estrito – quanto econômico, enquanto que no Brasil esta simultaneidade é menos marcante. Não obstante, no nosso entender, tanto a forte presença do Estado num caso quanto o *laissez-faire* predominante no outro constituíram formas assumidas pela construção do consenso necessário ao processo de centralização que na prática consistiu em, por um lado, extrair o “poder” político privado dos “caudilhos”, “coronéis”, “caciques”, etc., e sua concentração no aparato estatal, e por outro, na manutenção e fortalecimento do poderio econômico dos grandes proprietários de terras que, em ambos os casos foram os principais beneficiários da marcha da fronteira.

Em consequência, acreditamos que o desmembramento do patrimônio de terras públicas e a cessão de largos tratos de terras para membros da oligarquia e aliados foi parte integrante do processo de concentração de poder em curso: para levar adiante o processo político, as classes dirigentes organizadas no Estado central usaram a cessão do patrimônio público como ‘moeda de

²⁹ Demétrio Magnoli, *ob.cit.*, p. 137.

³⁰ L. O. Silva e M. V. Secreto, *ob. cit.*, p.135.

troca' para a obtenção do apoio político das camadas que podiam de algum modo ameaçar sua hegemonia ou o próprio processo em curso, do qual dependia a inserção do país na economia internacional.³²

Não foi, portanto, apenas porque o capital estrangeiro participou da abertura de novas áreas nas fronteiras da Argentina e do Brasil, como disse Hennessy, que o mito da fronteira não frutificou. De acordo com os argumentos que expusemos acima, é possível compreender porque a legislação de terras que acompanhou o processo de ocupação da fronteira não foi eficaz na implantação da pequena propriedade, acessível aos imigrantes recém-chegados. Em consequência não era possível que o mito da fronteira exercesse o mesmo papel que desempenhara nos Estados Unidos. Na realidade, a existência de grandes extensões de “terras livres” (no sentido do século XIX) apareceu no imaginário argentino e brasileiro com um sinal negativo e como um “peso” que as regiões do litoral precisavam carregar. Dotados de um profundo desprezo pelos mestiços, índios ou negros, as classes dominantes brasileiras e argentinas, como as norte-americanas, não pensaram em promover a colonização com estas populações. Mas em contraste com a política estadunidense de terras, apesar de toda propaganda em favor da imigração e da pequena propriedade, praticaram uma política de terras que lhes permitiu açambarcarem as terras públicas e fazerem da imigração não uma política de formação da “nacionalidade”, mas, em primeiro lugar, uma política de mão de obra.

3. Imigração, povoamento e identidade nacional

1. Deste modo, encontramos, no século XIX, na Argentina, a experiência da fronteira gerando o inverso da tese turneriana, um mito negativo, na literatura acadêmica e na cultura popular. A fronteira foi vista como um lugar brutal, onde prevalecia a lei do mais forte e a justiça só poderia ser imposta de fora através da ação de representantes legais de instituições sediadas em centros urbanos distantes. Os intelectuais argentinos, ao invés de considerarem como Turner que a fronteira regenerava os costumes carcomidos da velha Europa, achavam que a luz só poderia vir de lá e que, portanto, não era o declínio da influência européia que se devia enaltecer, mas sim o seu incremento. O mito da fronteira que aparece com sinal invertido na primeira metade do século XIX tem em Sarmiento seu exemplo máximo.

Domigos Faustino Sarmiento (1811-1888) foi escritor, educador e presidente da Argentina de 1868 a 1874. Inimigo ferrenho da política do federalista Juan Manuel de Rosas

³¹ L. Waibel *Capítulos de Geografia tropical e do Brasil*, 2ª edição, Rio de Janeiro: IBGE, 1979. L. Osorio Silva & M.V. Secreto, ob. cit. p.127.

³² Vale notar a relutância do governo brasileiro em utilizar o patrimônio de terras na obtenção de fundos para fazer frente às despesas de construção do Estado e o fracasso da política Argentina (o regime de enfiteuse) que visava este objetivo (em contraste com um dos aspectos da política de terras dos Estados Unidos no século XIX).

viveu no exílio escrevendo contra o governo até a queda do caudilho em 1852. Foi no Chile que publicou *Civilização e Barbárie* (1845).³³ Nesta obra, a perspectiva turneriana é invertida. Nada de bom vem da fronteira, terra de caudilhos como Rosas e dos *gauchos*. Como muitos unitaristas portenhos, Sarmiento tinha ojeriza aos *gauchos* porque serviam ao poder discricionário dos chefes locais. Louva a cidade de Buenos Aires e seus habitantes porque reproduzem a cultura e a civilização européias. Nos pampas vive-se sem escolas, sem leis, sem religião, em suma vive-se na barbárie. Na sua obra a abundância de recursos existente na fronteira não modifica o homem positivamente como na tese de Turner, mas ajuda a embrutecê-lo.

*“El mal que aqueja a la República Argentina es la extensión: el desierto la rodea por todas partes y se le insinúa en las entrañas; la soledad, el despoblado sin una habitación humana, son, por lo general, los límites incuestionables entre unas y otras provincias. Allí la inmensidad por todas partes: inmensa la llanura, inmensos los bosques, inmensos los ríos, el horizonte siempre incierto,....”*³⁴

A tese de abundância de recursos na fronteira informou na Argentina a conclusão oposta a de Turner, a de que isto contribuía para tornar o gaúcho preguiçoso.³⁵

Só as luzes trazidas pela civilização européia podiam redimir a Argentina. Por outro lado, é favorável à ocupação dos “espaços vazios” com população européia, porque esta traria cultura e civilização com ela. Mas não vê muita possibilidade na realização deste ideal porque na Argentina ainda não estava estabelecido o império da lei. O gaúcho era um nômade e “*no puede haber progreso sin la posesión permanente del suelo, sin la ciudad, que es la que desenvuelve la capacidad industrial del hombre y le permite extender sus adquisiciones.*”³⁶

Sarmiento, que vivia na cidade e escreveu sobre o pampa sem ter estado lá, viu o gaúcho como bárbaro. Admirava no romancista da fronteira americana, Fenimore Cooper, a descrição da luta de vida e morte que travavam os brancos e os índios.

*“El único romancista norteamericano que haya logrado hacerse un nombre europeo es Fenimore Cooper, y eso porque transportó la escena de sus descripciones fuera del círculo ocupado por los plantadores, al límite entre la vida bárbara y civilizada, al teatro de la guerra en que las razas indígenas y la raza sajona están combatiendo por la posesión del terreno.”*³⁷

Ia ainda mais longe na assimilação que fazia Fenimore Cooper entre o índio e o posseiro (*squatter*) para aplicá-la, na Argentina, ao seu tipo, o *gaúcho malo*.³⁸

³³ *Facundo. Civilización y Barbarie*, Buenos Aires: ed. Colihue, 1986.

³⁴ Sarmiento, ob. cit., p.44 e49.

³⁵ Richard Slatta, *Gauchos & the vanishing frontier*, Lincoln/London: University of Nebraska Press, 1992, p.24.

³⁶ Idem, ibidem, p.57.

³⁷ Idem, ibidem, p.62.

³⁸ Cooper foi o romancista Americano da fronteira, escreveu entre outros *O último dos Moicanos*. A citação de Sarmiento é da p.70.

Juan Bautista Alberdi, outro grande liberal argentino também não acreditava que nada de bom viesse da fronteira. “*Na América, tudo o que não é europeu é bárbaro.*” Considerava que a única subdivisão admissível para o homem americano espanhol era aquela que separava o homem do litoral do homem de “terra adentro”. “*O primeiro é fruto da ação civilizadora da Europa deste século (o XIX) que se exerce pelo comércio e pela imigração nos povoados da costa. O outro é obra da Europa do século XVI, da Europa do tempo da conquista, que se conserva intacto...*” A inferioridade da população do interior era tal que a tornava impermeável a qualquer sistema de instrução que tentasse retirá-la deste torpor secular. A única saída para o povoamento argentino era a imigração. “*Fazei passar o roto, o gaúcho, o cholo, unidade elementar de nossas massas populares, por todas as transformações do melhor sistema de instrução: em cem anos no fareis dele um operário inglês que trabalha, consome, vive digna e confortavelmente.*”³⁹

Richard Slatta nota que um mito positivo do *gaucho* surge na literatura argentina apenas quando este está praticamente desaparecido. Neste momento, o mito resgata sua figura como personificando todas as qualidades singulares dos argentinos. É o momento do aparecimento de *Martín Fierro* (1870), poema épico de José Hernandez, quando o sentimento nacional em relação ao *gaucho* começa a mudar de sinal, graças em parte ao próprio poema. Diz Slatta,

*“As the historical figure faded from the pampa, and the open range frontier closed in the latter decades of the nineteenth century, symbolic and literary evocations arose. The gaucho was lauded and romanticized by nationalists and traditionalists; nevertheless, he became indistinguishable from other rural inhabitants in the mind of many.”*⁴⁰

[*“Enquanto a figura histórica desaparecia do pampa, e a fronteira se fechava nas últimas décadas do século XIX, surgiam evocações simbólicas e literárias. O gaucho foi louvado e romantizado pelos nacionalistas e tradicionalistas; entretanto, ele se tornou indistinto dos outros habitantes rurais na concepção de muitos.”*]

Talvez possa aplicar-se aqui, com a mesma ressalva de ênfase, a observação de Slotkin sobre o índio americano na visão de Cooper: um bom *gaucho* é um *gaucho* morto.⁴¹ Assim nos levam a crer os reveladores comentários de Sarmiento sobre os gauchos nas instruções que deu ao General Mitre em 1861: “*Do not try to save the blood of gauchos. It is a contribution that the country needs. Blood is the only thing they have in common with human beings.*”⁴² [Não tente

³⁹ Juan Bautista Alberdi, *Fundamentos da organização política da Argentina*, tradução de Ângela Tijiwa, Campinas: ed. Unicamp, 1994, p. 70-71 e 76.

⁴⁰ Richard Slatta, ob. cit., p.13-14.

⁴¹ Richard Slotkin, *Fatal environment: the myth of the frontier in the age of industrialization, 1800-1890*, Oklahoma: University of Oklahoma, 1998, p.96.

⁴² Citado por Leroy R. Shelton, “The gaucho in the works of Sarmiento”, p.47, reproduzido por Slatta, ob. cit., p.180-181.

poupar o sangue dos gauchos. Trata-se de uma contribuição de que a nação precisa. O sangue é a única coisa que possuem em comum com os seres humanos.]

Esta, segundo Borges, era a verdadeira ética do *criollo*: “*la que presume que la sangre vertida no es demasiado memorable, y que a los hombres les ocurre matar*”.⁴³

2. No Brasil do século XIX a fronteira representou um papel ainda mais distante do modelo americano. Já foi observado, inclusive, que a ocupação do interior aqui teve características próprias e distintas. O historiador alemão Handelman observou que a marcha do povoamento brasileiro operava por etapas, o grosso do exército de colonizadores, após um rápido êxito, permanecia estacionado, devido ao seu caráter fracionado, como postos avançados isolados, sem uma ligação regular com a retaguarda, só podendo esperar auxílio num futuro remoto com a multiplicação do número de habitantes.⁴⁴ O geógrafo Leo Waibel considerou que o conceito de zonas pioneiras se aplicava melhor ao avanço em direção ao interior, que não formava uma faixa contínua, mas formava núcleos que ficavam a grandes distâncias uns dos outros, separados por vários quilômetros de terras de povoamento escasso e economicamente estagnadas.⁴⁵ Mas nenhum dos dois destacou uma função específica da fronteira na construção da identidade nacional, na época em que escreviam.

No século XIX, é certo que como na Argentina, a “abundância de terras” foi vista como uma característica a ser “contornada” e não glorificada. Esta perspectiva também permeou a discussão do primeiro projeto de lei de terras de 1843, no Império do Brasil. Foram poucas as vozes como a de Tavares Bastos (1839-1875) que percebeu o potencial da fronteira enquanto elemento construtor da nacionalidade num país oriundo de uma situação colonial. Mas suas posições iam contra a corrente dominante na sua época. Tratamos deste tema em outro trabalho que não é o caso de reproduzir aqui. Vamos nos limitar a retomar as conclusões.

*“Tavares Bastos não concebeu, como a maioria dos seus contemporâneos, a existência de terras livres (fronteira móvel) como um obstáculo a ser contornado, por diminuir a oferta de mão de obra para os fazendeiros. Concebeu-a como uma oportunidade excepcional de forjar numa base rica de recursos naturais uma sociedade com oportunidades individuais amplas no seu país. Neste sentido, suas idéias estavam mais próximas da tese da fronteira móvel de F.J. Turner, elaborada somente em 1893, do que as de qualquer outro pensador brasileiro.”*⁴⁶

⁴³ Jorge Luis Borges, “La Poesía Gauchesca”, *Obras Completas 1923-1972*, Buenos Aires: Emecé editores, s/d. p.195.

⁴⁴ H. Handelman, *História do Brasil*, Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1982, p. 121.

⁴⁵ L. Waibel, “As zonas pioneiras do Brasil”, *Revista Brasileira de Geografia*, n.4, 1955.

⁴⁶ Lígia Osório Silva, “Tavares Bastos e a Questão Agrária no Império”, in *História Econômica & História das Empresas*, n.1, v.1, São Paulo, 1999, p. 28-29.

Havia, todavia, um ponto fraco na visão de Tavares Bastos: como a maioria dos intelectuais do século XIX desconsiderava a população nacional para os fins de povoamento e colonização. De todo modo, suas idéias não frutificaram.

Ao contrário, Euclides da Cunha (1866-1909) colocou a questão em termos duradouros na consciência nacional. Sua idéia era que a civilização avançaria nos sertões impulsionada por esta implacável “força motriz” da história que impeliria inevitavelmente as raças fortes a esmagarem as raças fracas. A guerra de Canudos, em conseqüência, apareceu-lhe como um episódio deste processo. Também para ele o homem do litoral estava separado do homem do interior pelo tempo: um vivia na contemporaneidade e o outro no passado. “*E o mestiço, - mulato, mamaluco ou cafuz – menos que um intermediário, é um decaído, sem a energia física dos ascendentes selvagens, sem a altitude intelectual dos ancestrais superiores.*”⁴⁷

Em diferentes momentos históricos, governos de diferentes tendências fizeram um esforço no sentido de promover a mito a epopéia dos bandeirantes (do período colonial) para resgatá-la e aproximá-la de certos episódios contemporâneos da ocupação do interior do país. Foi assim com a arrancada do café no final do século XIX, começos do XX, com a “marcha para oeste” do primeiro governo Vargas e com a colonização da Amazônia na época dos governos militares.⁴⁸ Mas, tratava-se de inculcar, através da *propaganda governamental*, uma visão idealizada dos processos de ocupação em curso ou de épocas passadas, mas com vistas a objetivos políticos imediatos. Em conseqüência, por não ter surgido espontaneamente da generalização de algumas experiências concretas, não se fixou no imaginário da população com a mesma força que o mito turneriano.

No caso da ocupação do oeste paulista pelos fazendeiros do café, buscou-se um paralelo com um episódio da época colonial, o ciclo das bandeiras, que teria sido responsável pela expansão e integração territorial brasileira. Na *História Geral das Bandeiras*, Taunay procurou exaltar o papel dos sertanistas de São Paulo na expansão do território da América portuguesa. Seu intuito, afirma uma comentadora, era “*a busca de um destino manifesto para São Paulo*”.⁴⁹

A assimilação do avanço do café com as bandeiras, e dos fazendeiros com os bandeirantes propunha transformar em nacional um mito de alcance regional. E, enquanto mito nacional, padecia de uma deficiência de origem: era usado pelos paulistas para se alçarem acima dos demais brasileiros (vide a expressão ‘a locomotiva da nação’).

⁴⁷ Euclides da Cunha, *Os sertões*, São Paulo: Círculo do Livro, s/d, p.7 e 88.

⁴⁸ Pierre Monbeig reproduz, em parte, o mito na era do café em *Pioniers et planteurs de São Paulo*, Paris: Librairie Armand Colin, 1952. Para a época de Vargas ver Otávio Guilherme Velho, *Capitalismo autoritário e campesinato*, 2ª edição, São Paulo: Liv. Ciências Humanas, 1979 e para a Amazônia, Lia Machado, “A Fronteira agrícola na Amazônia brasileira”, *Revista Brasileira de Geografia*, vol.54, n.2, p.27-55.

⁴⁹ Wilma Peres Costa, “História geral das bandeiras paulistas”, Lourenço Dantas Mota (org.), *Introdução ao Brasil 2. Um banquete no trópico*, São Paulo: Senac, 2001, p.120.

Além do mais, a saga bandeirante teve uma característica já assinalada por João Capistrano de Abreu, em *Caminhos antigos e Povoamento do Brasil* (1889). Diz ele que no processo de povoamento do Brasil, não tem lugar as bandeiras:

*“Ao assunto que estudamos não pertencem as bandeiras, por motivos óbvios. Concorreram antes para despovoar que para povoar nossa terra, trazendo índios dos lugares que habitavam, causando sua morte em grande número, ora nos assaltos às aldeias e aldeamentos, ora com os maus tratos infligidos em viagens, ora, terminadas estas, pelas epidemias fatais e constantes, aqui e alhures apenas os silvícolas entram em contato com os civilizados. Acresce que os bandeirantes iam e tornavam, não se fixavam nunca nos territórios percorridos; isto explica o motivo da sua persistência durante mais de um século e seu exílio quando não tornaram mais à pátria.”*⁵⁰

No século XIX, o ideal do *yeoman farmer*, era em muitos aspectos o oposto do bandeirante descrito por Capistrano. Como aparece com clareza em Sarmiento, o progresso não era possível sem a posse permanente do solo. Vale notar, que para os grandes posseiros paulistas, a metáfora do bandeirante não era de todo inadequada, em função da agricultura itinerante que marcou a saga do café dos arredores do Rio de Janeiro ao oeste do estado de São Paulo. Percebeu-o Oliveira Vianna ao louvar como bandeirantes modernos o bugreiro, o grileiro e o posseiro:

“Nessa obra de conquista civilizadora da terra, o bugreiro vence o obstáculo material, que é o índio nômade, povoador infecundo da floresta infecunda. Há porém um outro obstáculo jurídico, que é o direito de propriedade (...) É ao grileiro que cabe resolver esta dificuldade. É ele que vai dar ao colonizador progressivo, cheio de ambições e de capitais, o direito de explorar este tesouro infecundo. Para isso cria, pela chicana e pela falsidade, o indispensável título de propriedade.

*O bandeirante antigo, preador de índios e preador de terras, rude, maciço, inteiriço, brutal, desdobra-se pela própria condição do meio civilizado em que reponta: e faz-se bugreiro insidioso, eliminador do íncola inútil, e grileiro solerte, salteador de latifúndios improdutivos. Exercem ambos, porém, duas funções essenciais à nossa obra de expansão colonizadora: e a ferocidade de um e a amoralidade de outro tem assim, para escusá-las, a magnitude incomparável dos seus objetivos ulteriores.”*⁵¹

Apesar de escrever no século XX, Oliveira Vianna reproduz bem as idéias do século XIX a respeito da “inutilidade” dos indígenas e da superioridade da propriedade privada, mesmo adquirida por meios escusos, uma vez que o “objetivo ulterior” era o progresso econômico que tinha um preço. Mas a grilagem não era uma experiência generalizada e a posse não podia ser

⁵⁰ Capistrano de Abreu, *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*, Rio de Janeiro: Livraria Briguiet, 1960, p.75-76. Euclides da Cunha também achava que as bandeiras não povoaram, deixaram mais desertas as regiões por onde passavam. Ob. cit., p.79.

⁵¹ F. J. de Oliveira Vianna, *Evolução do Povo brasileiro*, São Paulo: ed. Monteiro Lobato, s/d, p.99-101.

repetidamente glorificada sob pena de enfraquecer o Estado e as leis do país. Afirmar, como fazia Oliveira Vianna, o caráter senhorial da “marcha do café” impedia os imigrantes ou os trabalhadores nacionais de se enxergarem no mito. Além disso, o racismo latente no pensamento de Oliveira Vianna levava-o a ver apenas no homem branco, sua ambição, seu eugenismo, seu desejo incoercível de melhoria, como a força que impulsionava o progresso.

Pierre Monbeig, no seu clássico estudo sobre a marcha do café, apesar de reconhecer que era em São Paulo que a retomada idealizada da epopéia bandeirante tinha sua maior eficácia, já que os personagens eram paulistas e atestavam a preeminência do estado na Federação, acreditava que o mito possuía uma conotação nacional.⁵²

Neste contexto, a integração do imigrante se deu de modo diverso que nos Estados Unidos, e mesmo na Argentina. Inicialmente porque não foi um fenômeno que envolveu igualmente todos os estados da federação. Centrada no centro-sul, principalmente em São Paulo e no Rio Grande do Sul, sua inserção operou-se através dos mitos de identidade regional. Além disso, durante o Império, nem todos os defensores da imigração estavam preocupados com o seu caráter “civilizador”. Havia sem dúvida uma corrente que defendia o branqueamento da população e que, portanto, procurava modificar a estrutura étnica do povo brasileiro através da imigração. Porém, a corrente que acabou predominando não estava preocupada em resolver os problemas da nacionalidade, mas em proporcionar aos grandes proprietários acesso à força de trabalho com os menores custos possíveis.

A colonização do interior, alardeada e propagandeada por Vargas tentou, mais uma vez, resgatar o bandeirante como símbolo nacional. Entre outras iniciativas, em 1946, o Departamento Estadual de Informações promoveu um curso de Bandeirologia. Chamou historiadores e cientistas sociais renomados: Affonso de Taunay, Virgílio Correa Filho, Sergio Buarque de Holanda, Alfredo Ellis Junior, Afonso Arinos de Melo Franco e Joaquim Ribeiro.⁵³ Os temas invocados foram a exploração do território, a formação das cidades, o papel dos bandeirantes na economia do século XVII, isto é, a caça ao índio, a busca do ouro, e as monções. Mas, por serem fiéis aos fatos históricos, os autores ao reproduzirem a epopéia bandeirante não forneceram elementos com os quais o homem comum pudesse se identificar.

O trabalho que mais se ocupou de investigar porque, apesar da similitude no plano físico-geográfico, a fronteira não produziu entre nós um mito “nacionalizante”, foi Clodomir Vianna Moog.

⁵² Pierre Monbeig, ob. cit., p.107.

⁵³ *Curso de Bandeirologia*, Departamento Estadual de Informações, 1946, 146 p.

Moog começa constatando que falta nos brasileiros um sentimento de “*appartenance*”. Aquele sentimento que tornava americanos os imigrantes recém chegados. E as razões disso se encontravam nos primórdios da nossa história. Diz Viana Moog:

*“Os latino-americanos em geral ressentem que os americanos do norte se chamem a si mesmos americanos tout court, despreocupados em se identificarem de outra maneira. Consideram isto uma usurpação. Na verdade, não o é. Porque enquanto os filhos de portugueses e espanhóis nascidos na América são no Brasil os mazombos, na Nova Espanha os criollos, os filhos dos ingleses nascidos nas colônias americanas são os primeiros a adotar o título de americano e a ter orgulho desta condição.”*⁵⁴

Uma das razões desta diferença é que no Norte, o americano não se prendia ao passado, enquanto que no Sul, o passado o oprimia. Os mazombos não tinham, como os americanos o sentimento de “*belonging*”. Continuavam referidos à terra da qual provieram (o mazombo era espiritualmente português), isto é, até a segunda metade do século XIX. Neste momento, os mazombos voltaram-se para a França. “*Cultura só a França a tinha, e sabedoria, e patriotismo, e finesse e savoir-faire. No mundo, a Europa; na Europa, a França; na França, Paris; em Paris, Montmartre. Decididamente, sem uma viagem a Paris não se completava nenhuma formação cultural digna desse nome.*”⁵⁵

As bandeiras, pensava Moog, não serviam como mito fundador da nacionalidade devido ao seu caráter imoral. Tendo por motivações principais a cobiça e a luxúria, o resultado das suas andanças pelo interior foi promover a miscigenação. O mazombo era triste e rixento, considerado sinônimo de sorumbático, macambúzio. A falta de mulheres européias e a luxúria geraram o mestiço, herdeiro destas características e figura pela qual Moog não tem muito apreço, como Cooper, Sarmiento, Euclides e Alberdi. Mazombos e mulatos não tinham energia para o trabalho, eram afetados por uma preguiça congênita (que desaparecia na hora de jogar futebol...). O contraste com o pioneiro americano – que Moog define como o “desbravador com ânimo de estabilidade”, reproduzindo o ideal do yeoman farmer - que buscava o aperfeiçoamento moral e a dignificação pelo trabalho é deprimente.⁵⁶

Estas contingências históricas foram responsáveis pelo fato de que o brasileiro, ainda nos começos do século XX, não havia “se achado”. Com o movimento modernista de 1922 a situação mudou, e o brasileiro começou a “reverter espiritualmente para dentro de si mesmo”.

⁵⁴ Vianna Moog, *Bandeirantes e pioneiros. Paralelo entre duas culturas*, 4ª ed., Rio/São Paulo/Porto Alegre: ed. Globo, 1957, p. 145.

⁵⁵ Idem, *ibidem*, p.151-2, 171-77, 254.

⁵⁶ Idem, *ibidem*, p.156,159, 258, 315, 189-228.

Moog nota que também no início do século XX os Estados Unidos não eram mais o país dos pioneiros.⁵⁷

O perigo deste tipo de análise é que acaba por classificar os mitos em *melhores e piores*. Acreditamos que o século XX esgotou este tipo de comparação que não produz resultados animadores. Lembramos que a questão proposta por este trabalho era saber até que ponto a ocupação dos espaços vazios foi importante para a nacionalização da população (composta nos três países por indivíduos de diferentes origens) e a consolidação do Estado nacional. Achamos, com Walter Nugent, que as instituições trazidas pela colonização marcaram muitos traços dos povos americanos, bons e maus traços. Mas o que importa notar é que muito tempo depois que a Espanha ou Portugal perderam o controle dos seus Impérios Ultramarinos, a América Latina ainda era uma fronteira para os indivíduos que continuavam atravessando o Atlântico em busca de novas oportunidades. Até que ponto estes indivíduos encontraram oportunidades parece-nos ser o aspecto substantivo da comparação. Ou, em outros termos, só pode ser avaliado de modo comparativo. De que modo as novas nações que se organizaram na América do Sul integraram as zonas de fronteira às suas economias nacionais? Oferecendo amplas oportunidades ou implementando políticas que objetivavam, em primeiro lugar, enriquecer ainda mais as classes melhor colocadas para se aproveitar de leis frouxas, ou frouxamente aplicadas? No caso da Argentina, a fronteira enriqueceu ainda mais uma classe de proprietários de terras cedo constituída. No Brasil, prevaleceu a lei do mais forte. Sem idealizar as oportunidades oferecidas pela colonização da América do Norte, como faz o mito turneriano da fronteira, e admitindo que as oportunidades oferecidas sejam medidas por uma escala de valores européia (na qual o índio ocupa, na melhor das hipóteses, o lugar de *herói morto*), é forçoso reconhecer que os imigrantes tiveram lá maiores oportunidades de sucesso dentro do modelo de desenvolvimento do capitalismo seguido pelos três países.

⁵⁷ Idem, *ibidem*, 326,331.

BIBLIOGRAFIA

- Abreu, Capistrano de - *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*, Rio de Janeiro: Livraria Briguiet, 1960.
- Alberdi, Juan Bautista – *Fundamentos da organização política Argentina*, Campinas: ed. Unicamp, 1994.
- Anderson, Benedict – *Nação e Consciência Nacional*, São Paulo: Ática, 1989.
- Borges, Jorge Luís - “La Poesía Gauchesca”, *Obras Completas 1923-1972*, Buenos Aires: Emecé editores, s/d.
- Carmagnani, Marcello – *Estado y Sociedad en América Latina, 1850-1930*, Barcelona: Editorial Crítica, 1984.
- Chiaramonte, José Carlos – “El federalismo argentino en la primera mitad del siglo XIX” in M. Carmagnani (org.), *Federalismos latinoamericanos: México/Brasil/Argentina*, México: Fondo de Cultura Económica, 1993, p. 81-127.
- Clementi, Hebe - *J.F. Turner*, Buenos Aires: Centro Editorial de America Latina, 1992.
- Costa, Emília Viotti da – *Da senzala à colônia*, São Paulo: Difel, 1966.
- Costa, Wilma P. - “História geral das bandeiras paulistas”, Lourenço Dantas Mota (org.), *Introdução ao Brasil 2. Um banquete no trópico*, São Paulo: Senac, 2001.
- Cunha, Euclides da - *Os Sertões* (1901), SP, Círculo do Livro, s/d.
- Donghi, Tulio Halperin – “Canción de otoño en primavera” in *El Espejo de la História*, Buenos Aires: Sudamericana, 1987.
- Elias, Norbert - *La dynamique de l'Occident*, Paris: Calmann-Lévy, 1975.
- Guimarães, Aberto Passos – *Quatro séculos de Latifúndio*, 4ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, s/d.
- Handelmann, H. – *História do Brasil*, 2 vols., Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, '982.
- Hennessy, Alistair -*The Frontier in Latin American History*, Albuquerque: University of Mexico Press, s/d.
- Hobsbawm, Eric - *Nações e Nacionalismo desde 1780*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- Holanda et al., Sergio Buarque de - *Curso de Bandeirologia*, Departamento Estadual de Informações, 1946, 146 p.

- Lafforgue, Jorge (ed.) – *Histórias de Caudillos*, 2ª reimpressão, Buenos Aires: Extra Alfaguara, 2001.
- Lewis, Archibald - “The closing of the mediaeval frontier”, in *Speculum*, vol. XXXIII, october 1958, n°4, p. 475-483.
- Machado, Lia Osório - “A questão da unidade territorial do Brasil” *Anais do 8º Encontro Nacional de Geógrafos*, Salvador: AGB, 1990, v.2.
 - “A Fronteira agrícola na Amazônia brasileira”, *Revista Brasileira de Geografia*, vol.54, n.2, p.27-55.
- Magnoli, Demétrio - *O corpo da pátria*, São Paulo: Moderna/Unesp, 1997.
- Martins, José de Souza – *O cativo da terra*, São Paulo: Livraria Ed. Ciências Humanas, 1979.
- Marx, Karl - *O Capital*, RJ: Civilização Brasileira, 1974, 5 vols.
- McNeill, William – *The Great Frontier: freedom and hierarchy in Modern times*, Princeton University Press, 1983.
- Monbeig, Pierre - *Pioniers et planteurs de São Paulo*, Paris: Librairie Armand Colin, 1952.
- Oliveira Vianna, F. J. de - *Evolução do Povo brasileiro*, São Paulo: ed. Monteiro Lobato, s/d.
- Reboratti, Carlos - “Fronteras Agrárias em América Latina”, *Geocrítica*, 1990, n°87, 1-59. Reproduzido em *Scripta Vetera* <http://www.ub.es/geocrit/geo87.htm>.
- Romano, Ruggiero - “American Feudalism” in *Hispanic American Historical Review*, 64 (1), 1984, p. 130.
- Sarmiento, F. - *Civilización y barbarie*, Buenos Aires: ed. Colihue, 1986.
- Silva, Ligia Osorio - *A fronteira e outros mitos*, Tese de Livre-Docência, Campinas, 2001.
 - *Terras Devolutas e Latifúndio*, Campinas: ed. Unicamp, 1996.
 - “Tavares Bastos e a Questão Agrária no Império”, in *História Econômica & História das Empresas*, v.1, n.1, São Paulo, 1999, p.3-30.
 & Secreto, M. Verônica - “Terras públicas, ocupação privada: elementos para a história comparada da apropriação territorial na Argentina e no Brasil”, *Economia e Sociedade*, Revista do Instituto de Economia da Unicamp, n°12, junho de 1999, p.110-141.
- Slatta, Richard - *Gauchos & the vanishing frontier*, Lincoln/London: University of Nebraska Press, 1992.
- Slotkin, Richard – *The fatal environment: the myth of the frontier in an age of industrialization, 1800-1890*, Oklahoma: University of Oklahoma, 1998.
- Tilly, Charles (ed.) – *The formation of National States in Western Europe*, Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1975.
- Turner, F. Jackson - *The Frontier in American History*, New York: Henry Holt & Company, 1940.

Velho, Otávio Guilherme – *Capitalismo autoritário e campesinato*, 2ª edição, São Paulo: Difel, 1979.

Vera, Francisco Escamilla - *Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, N.º; 140, 2/03/1999.

“Representaciones, imaginarios y conceptos en torno a la producción material de las fronteras. Reflexiones a partir del debate Hevilla-Escamilla”, in *Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, n.149, 25/03/1999.

Vianna Moog, *Bandeirantes e pioneiros. Paralelo entre duas culturas*, 4ª ed., Rio/São Paulo/Porto Alegre: ed. Globo, 1957.

Waibel, Leo - *Capítulos de Geografía tropical e do Brasil*, 2ª edição, Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

- “As zonas pioneiras do Brasil”, *Revista Brasileira de Geografia*, n.4, 1955.

Wakefield, Edward G. - *A view in the art of colonization*, Londres: John Parker, 1849.

Weber, David & Rausch, Jane (ed.) - *Where Cultures Meet. Frontiers in Latin American History*, Jaguar Books in Latin America n.6, Wilmington, 1994.

Zusman, Perla – “Representaciones, imaginarios y conceptos en torno a la producción material de las fronteras. Reflexiones a partir del debate Hevilla-Escamilla”, in *Biblio 3w Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, n.149, 25/03/1999.